

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.014 - SP (2019/0300817-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PAULO ARTHUR ARAUJO DE LIMA RAMOS - SP252022
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS HENRIQUE DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CARLOS HENRIQUE DA SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0095401-46.2018.8.26.0050).

Consta dos autos que, em primeiro grau de jurisdição, o paciente foi condenado a 6 anos e 8 meses de reclusão, em regime fechado, e 16 dias-multa, pelo delito do art. 157, §§ 2º, II, e 2º-A, I, do Código Penal (e-STJ fls. 18/24).

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação, mas a Corte de origem negou provimento ao apelo (e-STJ fls. 25/31). Nessa oportunidade, foi negado ao paciente o pleito de fixação de regime mais ameno consoante estas razões (e-STJ fl. 30):

O regime fechado, eleito para o desconto inicial da sanção privativa de liberdade, é adequado e merece ser prestigiado, tratando-se o roubo, ademais, de infração que, pela sua reiteração, traz intranquilidade ao meio social e afronta a ordem pública, **com a nota de que a vítima foi abordada por volta das 06h50, quando chegava à empresa em que trabalha, por dois indivíduos, um deles armado, o que além de reduzir-lhe a possibilidade de resistência, expôs a incolumidade física dela a risco efetivo, demandando punição mais rigorosa.** (Grifei)

No presente *writ*, a impetrante aponta ilegalidade patente quanto à fixação do regime fechado, pois ausente fundamentação concreta para tanto.

Aduz, ainda nesse sentido, que o montante da pena imposta, a primariedade e a ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis não permitem a fixação do regime fechado.

Pleiteia, em caráter liminar e no mérito, a fixação do regime semiaberto (e-STJ fl. 8).

Superior Tribunal de Justiça

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator